

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

De acordo com a doutrina, os atos administrativos que possuem todas as suas condições e requisitos estipulados por lei, prevendo uma única e obrigatória atuação administrativa, são classificados como

- A complexos.
- B vinculados.
- C constitutivos.
- D declaratórios.
- E discricionários.

### QUESTÃO 22

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal e trata, entre outros assuntos, dos direitos e deveres dos administrados e da administração pública, assinale a opção correta.

- A Do processo administrativo em que seja interessado, o administrado tem direito a: ciência da tramitação; vista dos autos e obtenção de cópias de documentos, ainda que se trate de processo classificado como sigiloso.
- B A administração pública tem o dever de motivar suas decisões de forma explícita, clara e congruente, não podendo fazê-lo mediante simples declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores.
- C Em qualquer caso, o administrado tem o dever de fazer-se assistir por advogado para que sejam observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- D O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes e depois da decisão administrativa, os quais devem ser considerados pelo órgão competente.
- E A administração pública tem o dever de emitir decisão nos processos administrativos, mas não está obrigada a se manifestar sobre as reclamações dos administrados.

### QUESTÃO 23

Assinale a opção correta no que tange às entidades públicas em espécie e à administração direta e indireta.

- A As fundações públicas são entidades integrantes da administração indireta, sendo dotadas exclusivamente de personalidade jurídica de direito público.
- B Criada por força de autorização legal como instrumento de ação do Estado, uma empresa pública federal é uma pessoa jurídica dotada de personalidade jurídica de direito público.
- C As agências reguladoras são, em regra, autarquias sob regime especial criadas com a finalidade de disciplinar e controlar certas atividades econômicas.
- D As sociedades de economia mista são submetidas a regras especiais, sendo constituídas sob a forma de sociedades anônimas ou limitadas, cujas ações ou cotas com direito a voto devem pertencer, em sua maioria, ao ente federativo.
- E As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração direta federal, são instrumentos de ação do Estado, logo, são entidades voltadas à busca de interesse público.

### QUESTÃO 24

Em razão da grande demanda constitucional por sua atuação, o Estado, além de realizar suas atividades administrativas de maneira direta, pode desenvolvê-las de modo indireto por meio de órgãos, agentes e pessoas jurídicas. Nesse cenário da organização administrativa, podem ocorrer os processos de desconcentração e descentralização do poder.

Acerca desses processos, assinale a opção correta.

- A O processo de distribuição interna de competências decisórias, agrupadas em unidades do conjunto orgânico que compõe o Estado, é chamado de desconcentração.
- B A desconcentração administrativa pressupõe pessoas jurídicas diversas daquelas que originalmente teriam titulação sobre a atividade.
- C O Estado pode exercer diretamente as atividades administrativas ou desenvolvê-las por meio de outros agentes públicos, o que caracteriza a desconcentração.
- D A atividade administrativa exercida pelo próprio Estado ou pelo conjunto orgânico que o compõe é chamada descentralizada.
- E Na centralização, o Estado atua indiretamente por meio dos seus órgãos, isto é, do conjunto orgânico que o compõe, e dele não se distingue.

### QUESTÃO 25

O particular que recebe a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público e os realiza em nome próprio denomina-se agente

- A administrativo.
- B político.
- C delegado.
- D credenciado.
- E honorífico.

### QUESTÃO 26

O pregoeiro de um tribunal regional eleitoral (TRE), em um certame licitatório para aquisição de urnas eletrônicas, resolveu negar provimento ao recurso de um licitante com fundamento em parecer da área técnica do tribunal.

Nessa situação hipotética, a área técnica do tribunal praticou um ato administrativo

- A punitivo.
- B vinculado.
- C normativo.
- D ordinatório.
- E enunciativo.

**QUESTÃO 27**

Assinale a opção correta com relação aos poderes da administração pública.

- A** O poder de polícia é a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- B** O poder disciplinar caracteriza-se pela possibilidade de punir internamente os servidores e externamente aqueles que praticarem atos contrários aos interesses da administração.
- C** O poder regulamentar é a faculdade que o dirigente de órgão administrativo possui de editar normas para a execução e organização próprias daquele órgão.
- D** O poder discricionário caracteriza-se pela conveniência e oportunidade para a prática e a anulação de atos administrativos viciados.
- E** O poder hierárquico caracteriza-se pela existência de subordinação dentro da mesma pessoa jurídica ou entre duas pessoas jurídicas distintas.

**QUESTÃO 28**

Segundo a doutrina, ocorrerá desvio de poder se

- A** o agente praticar ato buscando alcançar fim diverso daquele determinado pela lei.
- B** o agente público agir fora dos limites de sua competência administrativa.
- C** houver a remoção de um servidor por agente incompetente, como forma de punição daquele.
- D** a autoridade praticar ato administrativo que vá além do que a lei permita.
- E** houver violação ao requisito de motivo do ato administrativo, tornando-o arbitrário.

**QUESTÃO 29**

Com respeito à organização administrativa da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O Poder Executivo, além da sua função administrativa típica, pratica atos no exercício da função jurisdicional quando aplica penalidades administrativas aos servidores.
- B** A legislação infraconstitucional pode autorizar que os poderes da União desempenhem funções atípicas, prestigiando o sistema de freios e contrapesos estabelecido pela Constituição Federal de 1988.
- C** No regime federativo nacional, todos os componentes da federação materializam o Estado, cada um deles atuando dentro dos seus limites de competência traçados por lei complementar.
- D** O Poder Legislativo, além da função normativa própria, exerce a função administrativa quando processa e julga o presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- E** O Poder Judiciário, além de sua função jurisdicional típica, pratica atos no exercício de função normativa, como na elaboração dos regimentos internos dos tribunais.

**QUESTÃO 30**

Em relação ao poder de polícia, assinale a opção correta.

- A** A polícia administrativa e a polícia judiciária se exaurem em si mesmas, ou seja, se iniciam e se completam no âmbito da função administrativa de caráter fiscalizador, tendo em vista que essas atividades se enquadram no âmbito da função administrativa, representando atividade de gestão de interesse público.
- B** A linha que reflete a junção entre o poder restritivo da administração e a intangibilidade dos direitos assegurados aos indivíduos, tais como liberdade e propriedade, é insuscetível de ser ignorada pelo agente público, visto que atuar aquém dessa linha equivale a renunciar aos poderes públicos e agir além dela representa arbítrio e abuso de poder.
- C** Os guardas municipais não têm legitimidade ou idoneidade para atuar na fiscalização, no controle e na orientação do trânsito, não podendo aplicar as sanções pertinentes às infrações cometidas, pois não se trata de um mero poder de polícia, mas de atividade afeta à segurança pública.
- D** Em sentido amplo, o poder de polícia se configura como atividade administrativa que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da administração, consistente no poder de restringir e condicionar a liberdade e a propriedade, ao passo que, em sentido estrito, poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.
- E** Será válido o ato de polícia praticado por administrador de ente federativo que não tenha competência constitucional para regular a matéria, se, por exemplo, o ato consistir no exercício do poder disciplinar relativamente a agente público — fato que configura o exercício do poder de polícia —, desde que a lei em que se fundar a conduta do administrador seja supralegal.

**QUESTÃO 31**

Determinado município, após celebrar com particulares contratos de promessa de venda e compra de glebas de sua propriedade, passou, sob a gestão do novo prefeito, a promover anulações contratuais porque os parcelamentos pactuados não estariam regularizados por não atenderem a requisitos legais.

Nessa situação hipotética, para obstar a pretensão do município, será adequado que o particular prejudicado invoque, em seu favor, o princípio da

- A** igualdade.
- B** continuidade dos serviços públicos.
- C** proporcionalidade.
- D** moralidade.
- E** confiança legítima.

**QUESTÃO 32**

João, servidor público federal, no exercício do cargo de motorista, colidiu com veículo de Pedro, particular, causando a este grave abalo pessoal e danos materiais. Após a investigação do ocorrido, foi verificada a culpa de João, que dirigia em alta velocidade no momento do evento.

Nessa situação hipotética,

- A** o Estado deverá indenizar o particular pelos danos materiais, e o servidor deverá arcar com os danos morais.
- B** o servidor responderá objetivamente pela reparação dos danos materiais e morais.
- C** o Estado, caso seja condenado judicialmente ao pagamento de indenização, poderá, mediante ação de regresso, reaver do servidor o quanto tiver de pagar ao particular.
- D** o direito do particular à reparação dos prejuízos sofridos será imprescritível.
- E** a reparação dos danos sofridos pelo particular só poderá ser realizada por via judicial.

**QUESTÃO 33**

Maria, professora de escola da rede pública, recebeu de um aluno ameaças de agressão e, mais de uma vez, avisou à direção da escola, que se manteve inerte. Com a consumação das agressões pelo aluno, a professora ajuizou ação indenizatória contra o Estado.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela pertinentes, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade civil por conduta omissiva independe da demonstração do nexo de causalidade.
- B** A ação deverá ser julgada improcedente, haja vista que o Estado só responde por atos comissivos.
- C** A ação deverá ser julgada improcedente, tendo em vista que o causador do dano não é agente estatal.
- D** A responsabilidade do Estado derivou do descumprimento do dever legal, a ele atribuído, de impedir a consumação do dano.
- E** As condutas omissivas do Estado que causem danos a terceiros invariavelmente dão ensejo à responsabilidade civil.

**QUESTÃO 34**

Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade objetiva do Estado.

- A** A responsabilidade objetiva, como qualquer outra modalidade de responsabilização, demanda investigação sobre a existência do elemento culpa na conduta administrativa.
- B** A compensação de culpas não é admitida na responsabilização estatal, mesmo na hipótese de ficar demonstrada a culpa concorrente entre um terceiro e o poder público.
- C** Ao prestarem serviços públicos, as pessoas jurídicas de direito privado não se sujeitam à responsabilidade objetiva por atos comissivos.
- D** A responsabilidade objetiva do Estado se fundamenta na teoria do risco administrativo.
- E** Caso o agente estatal pratique conduta lesiva a terceiros fora de suas funções, mas a pretexto de exercê-las, não se caracterizará a responsabilidade civil.

**QUESTÃO 35**

A evolução da responsabilidade civil do Estado é marcada pela busca crescente da proteção do indivíduo e da limitação da atuação estatal. Superada a fase da irresponsabilidade estatal, iniciou-se a etapa de responsabilização do Estado fundamentada na culpa dos agentes públicos, com a distinção entre atos de império e atos de gestão. Essa distinção ampara-se na teoria do(a)

- A** culpa do serviço.
- B** responsabilidade objetiva.
- C** risco integral.
- D** risco administrativo.
- E** culpa individual.

**QUESTÃO 36**

Se o diretor de um museu público tiver de contratar a restauração de um objeto histórico, de autenticidade certificada, com o objetivo de aprimorar o acervo da instituição, a licitação para a restauração desse objeto, nos termos da legislação pertinente, será considerada

- A** dispensável.
- B** recusável.
- C** inexigível.
- D** dispensada.
- E** inviável.

**QUESTÃO 37**

Conforme a legislação pertinente, a licitação na modalidade pregão

- A** deverá ser conduzida por equipe de apoio integrada exclusivamente por servidores públicos.
- B** veda a negociação direta entre a administração e os participantes da licitação.
- C** deverá proporcionar prazo de, no mínimo, oito dias úteis para a apresentação de propostas.
- D** tem de basear-se no critério da melhor técnica para o julgamento e a classificação das propostas.
- E** demanda, obrigatoriamente, a participação presencial dos concorrentes.

**QUESTÃO 38**

Quanto ao sistema de registro de preços (SRP), julgue os próximos itens.

- I O SRP poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver a necessidade de contratações frequentes.
- II O SRP terá de ser precedido de seleção pela modalidade de licitação denominada tomada de preços.
- III Em regra, no SRP, o registro valerá por até um ano, mas excepcionalmente, desde que previamente pactuado, ele poderá valer por período superior a um ano.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens I e III estão certos.

**QUESTÃO 39**

Assinale a opção correta com relação ao controle administrativo.

- A** Os recursos hierárquicos próprios podem ser dirigidos a outros órgãos que não aqueles de onde se originar o ato impugnado.
- B** É constitucional a exigência de depósito em dinheiro como requisito para a interposição de recurso administrativo.
- C** A supervisão da administração direta sobre a indireta depende de expressa previsão legal.
- D** O exercício do direito de petição, mecanismo tradicional de controle popular, depende do pagamento de taxas.
- E** O pedido de reconsideração suspende o prazo para a interposição de recurso administrativo.

**QUESTÃO 40**

Acerca do controle exercido pelos tribunais de contas sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A** A fiscalização exercida pelos tribunais de contas dispensa a existência de controle interno nos órgãos públicos.
- B** As decisões dos tribunais de contas que resultarem em imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- C** Os tribunais de contas têm competência para apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluindo nomeações para cargo de provimento em comissão.
- D** O controle externo é exercido exclusivamente pelos tribunais de contas.
- E** A fiscalização exercida pelos tribunais de contas restringe-se ao aspecto legal dos atos públicos.

**QUESTÃO 41**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que “todo o poder emana do povo”, que pode exercê-lo diretamente. Nesse sentido, o instrumento constitucional que materializa uma consequência advinda do princípio invocado é o(a)

- A** plebiscito.
- B** filiação partidária.
- C** greve.
- D** alistamento militar.
- E** livre expressão da atividade intelectual.

**QUESTÃO 42**

O remédio constitucional que representa, no plano institucional, a mais expressiva reação jurídica do Estado às instituições que lesem, efetiva ou potencialmente, os direitos de conhecimento de informações relativas à pessoa interessada constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como de retificação de dados e complementação de registros existentes, é o(a)

- A** *habeas data*.
- B** mandado de segurança.
- C** *habeas corpus*.
- D** ação popular.
- E** mandado de injunção.

**QUESTÃO 43**

O governador de um estado da Federação, durante o cumprimento de seu mandato, foi aprovado em concurso público para o cargo de analista judiciário de um tribunal e convocado para a respectiva posse.

Nessa situação hipotética, conforme a Constituição Federal de 1988, o governador

- A** não poderá tomar posse no cargo por ser chefe do Poder Executivo estadual, o que feriria o princípio da indissolubilidade do pacto federativo.
- B** poderá tomar posse no cargo e perderá, automaticamente, o mandato.
- C** poderá tomar posse no cargo, mas, para continuar cumprindo seu mandato eletivo, terá de manter-se afastado do cargo de analista judiciário.
- D** não poderá tomar posse no cargo em razão de vedação constitucional que visa evitar ofensa ao princípio da separação dos poderes.
- E** poderá tomar posse no cargo e, ao entrar em exercício, cumular as duas atividades.

**QUESTÃO 44**

Vincent, cidadão holandês naturalizado brasileiro, conseguiu, por determinação judicial definitiva, o cancelamento de sua naturalização e, então, regressou à Holanda. Tempos depois, já com trinta e dois anos de idade, ele foi convidado por um partido político nacional a concorrer ao cargo de deputado estadual de um estado da Federação brasileira.

Nessa situação hipotética, de acordo com os preceitos constitucionais, Vincent será

- A** inelegível, porque ainda não tem a idade mínima para o exercício do cargo de deputado estadual no Brasil, que é de trinta e cinco anos.
- B** elegível, caso se candidate no estado da Federação no qual residiu até conseguir seu direito à naturalização.
- C** inelegível, porque o cancelamento judicial da naturalização afasta-lhe o pleno exercício dos direitos políticos.
- D** elegível, desde que sua condição de brasileiro naturalizado tenha sido superior a cinco anos.
- E** elegível, desde que ele comprove seu domicílio eleitoral em qualquer estado da Federação.

**QUESTÃO 45**

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais, por sua vez, são constituídos por representantes dos estados e do Distrito Federal (DF). Para o Senado Federal, tais representantes são eleitos segundo o

- A** sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem dois candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
- B** princípio majoritário, e cada candidato é eleito com um suplente.
- C** sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
- D** sistema proporcional, e cada candidato é eleito com dois suplentes.
- E** princípio majoritário, e cada estado e o DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de oito anos.

**QUESTÃO 46**

Ao ser procurada para responder pesquisa relativa às eleições estaduais, Maria Lúcia, professora aposentada, então com sessenta e seis anos de idade, recusou-se a responder aos questionamentos e alegou que, por ser idosa, não era mais obrigada a votar. Assim, afirmou que, como tem a intenção de utilizar essa prerrogativa, sua opinião quanto aos candidatos não seria relevante à pesquisa.

Nessa situação hipotética, à luz da Constituição Federal de 1988, o entendimento de Maria Lúcia está

- A** correto, porque a sua idade faz presumir a incapacidade civil absoluta, o que acarreta a perda de direitos políticos.
- B** correto, tendo em vista que a sua situação de idosa lhe garante o voto facultativo.
- C** correto, porque a aposentadoria torna seu voto facultativo.
- D** equivocado, porque o voto é facultativo apenas para os analfabetos.
- E** equivocado, porque, para cidadãos com a sua idade, o voto é obrigatório.

**QUESTÃO 47**

O corregedor de um tribunal regional eleitoral (TRE), ao analisar o regimento interno desse órgão, verificou que diversos dispositivos estavam em desacordo com as normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 (CF) e que, por essa razão, seria necessário elaborar um novo regimento.

Tendo em vista os preceitos estabelecidos na CF, nessa situação hipotética, a competência privativa para a elaboração do novo regimento interno do TRE será do

- A** Tribunal Superior Eleitoral, em decorrência da hierarquia constitucional sobre o TRE.
- B** referido TRE, que deverá observar as normas de processo e as garantias processuais das partes ao elaborar a referida peça normativa.
- C** Supremo Tribunal Federal, em razão de sua hierarquia constitucional sobre o TRE.
- D** Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal cuida exclusivamente de questões constitucionais.
- E** Congresso Nacional, por ser o órgão responsável pelo processo legislativo, que cria e edita normativas.

**QUESTÃO 48**

Quanto à competência e à organização dos órgãos da justiça eleitoral e à legislação pertinente a esse segmento da justiça, julgue os itens a seguir.

- I Compete privativamente aos estados legislar sobre direito eleitoral.
- II Os juízes eleitorais são órgãos da justiça eleitoral.
- III O presidente da República poderá, em caso de relevância e urgência, editar medida provisória sobre matéria eleitoral.
- IV O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu presidente e seu vice-presidente entre os desembargadores que o compõem.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

**QUESTÃO 49**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o órgão a que compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, além do encargo do recebimento e conhecimento de reclamações contra os serviços auxiliares do Poder Judiciário, é o(a)

- A** Tribunal de Contas da União.
- B** Conselho Nacional de Justiça.
- C** Procuradoria-Geral da República.
- D** Supremo Tribunal Federal.
- E** Corregedoria do Superior Tribunal de Justiça.

**QUESTÃO 50**

No que tange às funções essenciais à justiça, nos termos da Constituição Federal de 1988, julgue os próximos itens.

- I A Advocacia-Geral da União representa a União apenas judicialmente, mas pode prestar atividade de consultoria ao Poder Executivo.
- II É assegurada autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal.
- III A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- IV A defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é competência do Ministério Público.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

**QUESTÃO 51**

Os partidos deverão escolher os candidatos e deliberar sobre as coligações no período de

- A** vinte de julho a cinco de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- B** dezesseis de julho a cinco de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- C** cinco de julho a cinco de agosto, um ano antes de se realizarem as eleições.
- D** dezesseis de julho a quinze de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- E** vinte de julho a quinze de agosto, dois anos antes de se realizarem as eleições.

**QUESTÃO 52**

Os limites de gastos de campanha serão definidos pelo TSE em cada eleição. Caso ocorra o descumprimento dos limites de gastos fixados, será aplicada multa em valor equivalente a

- A** 90% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido.
- B** 80% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido.
- C** 100% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido.
- D** 90% do limite estabelecido.
- E** 100% do limite estabelecido.

**QUESTÃO 53**

O Código Eleitoral dispõe que, além dos TREs, são órgãos da justiça eleitoral

- A** o TSE, as juntas eleitorais, os juízes eleitorais e os cartórios eleitorais.
- B** o TSE, as juntas eleitorais e os locais destinados a votação eleitoral.
- C** as juntas eleitorais e os cartórios eleitorais.
- D** o TSE, as juntas eleitorais e os juízes eleitorais.
- E** as juntas eleitorais, os juízes eleitorais e os locais destinados a votação eleitoral.

**QUESTÃO 54**

Os delegados indicados pelos partidos políticos e credenciados no TRE são responsáveis, entre as funções estabelecidas no Código Eleitoral, pelo(a)

- I acompanhamento dos processos de inscrição.
- II exclusão de eleitor inscrito ilegalmente, desde que o encaminhe para o cartório eleitoral para que este faça sua defesa pessoal em relação à referida sanção.
- III exame, sem perturbação do serviço e em presença dos servidores designados, dos documentos relativos ao alistamento eleitoral, podendo deles tirar cópias ou fotocópias.
- IV requerimento aos juízes eleitorais do registro de delegado auxiliar para acompanhar os processos de inscrição.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e III estão certos.
- C** Apenas os itens II e IV estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 55**

O eleitor poderá votar validamente no transcorrer do processo de exclusão de sua inscrição; no entanto, de acordo com o Código Eleitoral, caso ocorra o cancelamento da inscrição, por sentença, o cartório deverá

- I retirar da respectiva pasta a folha de votação, registrar a ocorrência no local próprio para “anotações” e juntá-la ao processo de cancelamento.
- II publicar edital com prazo de dez dias para ciência dos interessados.
- III excluir dos fichários as respectivas fichas, colecionando-as à parte.
- IV anotar, de forma sistemática, os claros abertos na pasta de votação para o oportuno preenchimento deles.
- V comunicar o cancelamento ao TSE para anotação no seu fichário.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II, III.
- B** I, II, V.
- C** I, III e IV.
- D** II, IV e V.
- E** III, IV e V.

**QUESTÃO 56**

Atualmente, a votação e a totalização dos votos são feitas por sistema eletrônico, sendo possível a utilização do sistema convencional de votação por cédulas quando,

- A** mesmo sem haver falhas nas urnas eletrônicas, o TRE assim determinar, com fundamento no princípio da celeridade do processo eleitoral.
- B** havendo falha nas urnas eletrônicas, o STF assim determinar, por meio de decisão proferida pelo seu plenário.
- C** havendo falha nas urnas eletrônicas, o TRE do estado ou do Distrito Federal assim determinar, com fundamento no princípio da segurança do processo eleitoral.
- D** mesmo sem haver falha nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, no exercício de seu poder discricionário.
- E** havendo falha nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, após verificar a impossibilidade de utilização das urnas de contingência.

**QUESTÃO 57**

De acordo com a Resolução do TSE n.º 21.538/2003, os requisitos para o eleitor obter a transferência de seu domicílio eleitoral incluem, entre outros,

- A** a prova de residência por, no mínimo, seis meses no novo domicílio.
- B** a prova de quitação com a justiça eleitoral.
- C** a apresentação de declaração homologada pelo juízo do antigo domicílio eleitoral.
- D** a apresentação do(s) comprovante(s) impresso(s) da última eleição.
- E** o transcurso de, pelo menos, quatro anos do alistamento ou da última transferência.

**QUESTÃO 58**

Apenas os eleitores que estiverem no pleno gozo dos seus direitos políticos podem filiar-se a partidos políticos. Segundo a legislação aplicável, são hipóteses de cancelamento imediato da filiação partidária já deferida a

- A** morte e a suspensão dos direitos políticos.
- B** comunicação ao juiz eleitoral.
- C** morte e a perda dos direitos políticos.
- D** expulsão e a cassação dos direitos políticos.
- E** filiação a outro partido, desde que o filiado comunique o fato ao diretório do partido político anterior.

**QUESTÃO 59**

Desde que sejam observados os limites estabelecidos em lei, têm autonomia para definir e executar, em qualquer dia e horário, o cronograma das atividades eleitorais de campanha os

- A** TREs dos estados e do Distrito Federal.
- B** candidatos, os partidos políticos e as coligações.
- C** ministros do TSE.
- D** juízes eleitorais.
- E** chefes do Poder Executivo do local das eleições.

**QUESTÃO 60**

No transcorrer do processo eleitoral, será designado, para cada zona eleitoral, um juiz de direito em efetivo exercício e cumprimento de suas competências. A legislação pertinente determina que, entre outras atribuições, compete a esses magistrados

- Ⓐ designar os locais das seções eleitorais até trinta dias antes das eleições.
- Ⓑ ordenar o registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais, além de comunicar tal fato, por ofício, à zona eleitoral de cada candidato.
- Ⓒ fornecer, aos que não votarem por motivo justificado, certificado de ciência e da guia de recolhimento de multa no patamar mínimo legal.
- Ⓓ receber a lista dos membros das mesas receptoras indicados pelo respectivo TRE, assim como nomeá-los definitivamente pelo menos cinco dias antes da eleição.
- Ⓔ cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do TSE e do respectivo TRE.

Espaço livre